



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Campus Itaberaba

JULGAMENTO DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS - TP 01/2020

Processo Nº: 23805.250266/2020-93

Objeto: : Tomada de Preços nº 01/2020. Retomada da construção do refeitório do *Campus* Itaberaba.

I - SÍNTESE DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS CONTRA O RESULTADO DE HABILITAÇÃO

A empresa C&R ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 03.279.509/0001-03 interpôs recurso administrativo contra sua inabilitação, declarada por a empresa não ter apresentado o documento de inscrição e regularidade do responsável técnico junto ao CREA. Alega em síntese que, segundo a Resolução nº 266/79 do CONFEA, a certidão de Registro e Quitação da empresa só é emitida após a quitação da anuidade da empresa e de seus responsáveis técnicos, e que a Certidão de Registro de Quitação da empresa já explana que todos os profissionais ali mencionados estão quitados com o CREA. A empresa anexou declaração do CONFEA.

A empresa CONSTRUKERUV CONSTRUÇÕES E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ nº 13.380.489/0001-16 interpôs recurso administrativo contra sua inabilitação, declarada por a empresa não ter apresentado o documento de capacitação técnico-operacional, conforme item 7.3.3.3 do edital. Alega em síntese que, no item 1.15 da planilha apresentada há a comprovação do pedido no item 7.3.3.3.1 do edital, já que a palavra “recuperação” que lá consta necessita de demolição e instalação de novo piso em granilite; apresentou passo a passo feito pela equipe técnica para o serviço de recuperação. Anexou documento de identificação do sócio-administrador ITAMAR DE SOUZA NEVES e Alteração do Contrato Social.

A empresa TM CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ nº 21.596.575/0001-99 interpôs recurso administrativo contra sua inabilitação, declarada por a empresa não ter apresentado o documento de capacitação técnico-operacional, conforme item 7.3.3.3 do edital. Alega em síntese que, a CAT apresentada (36186/2016) está no nome da empresa e atende ao edital. A empresa anexou cópias da CAT em questão e da Declaração de Capacidade Técnica emitida pela Prefeitura de Bom Jesus da Lapa.

II - DAS IMPUGNAÇÕES AOS RECURSOS

Após o recebimento dos recursos administrativos, foi publicado no Diário Oficial da União Aviso de abertura de prazo para impugnação, sendo disponibilizado no sítio oficial do *Campus* as cópias dos referidos recursos. Porém, decorreu-se o prazo sem que nenhuma empresa tivesse apresentado impugnação.

III - DAS RESPOSTAS DA ENGENHARIA AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Com relação ao recurso apresentado pela empresa C&R ENGENHARIA LTDA, a Engenharia assim respondeu:

O item 7.3.3.2 do edital, cujo texto foi transcrito pelo licitante no presente recurso, exige que seja apresentado o certificado de registro da empresa no conselho regional (CREA), em plena validade. Associado a isto é necessário que seja apresentado também anotação de responsabilidade técnica (ART) de profissional, vinculado a empresa, não sendo facultada a apresentação de uma ou outra, mas sim a obrigatoriedade de ambos. Conforme descrição do licitante e do disposto no ART.2º, § 1º, a), da resolução nº 266/79 do CONFEA, nas certidões de registro expedidas pelo conselho regional deve figurar: "...a pessoa jurídica e seu ou seus responsáveis técnicos estão quites com o CREA, no que concerne a quaisquer débitos existentes, em fase de cobrança, até a data de sua expedição...". A mesma resolução em seu ART.3º "As certidões a que se refere a presente Resolução serão válidas para O EXERCÍCIO, independentemente da época em que forem emitidas pelos Conselhos Regionais". Diante do exposto, ratificada pela própria declaração do licitante, onde "a certidão de registro e quitação só é emitida após a quitação da anuidade da empresa e de seus responsáveis técnicos", permite constatar que o licitante não apresentou a certidão citada acima, não cumprindo o item 7.3.3.2 do edital, sendo portanto improcedente sua solicitação no recurso.

Logo, segundo a Engenharia, **a empresa C&R ENGENHARIA LTDA está INABILITADA, sendo improcedente o seu recurso.**

Com relação ao recurso apresentado pela empresa CONSTRUKERUV CONSTRUÇÕES E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, a Engenharia primeiramente entendeu pela habilitação da empresa. Posteriormente, após constatações feitas pela Comissão, a Engenharia concordou pela INABILITAÇÃO da recorrente.

As constatações da Comissão sobre os documentos da empresa CONSTRUKERUV partem dos seguintes fatos: a empresa apresentou CRQ válida, com responsáveis técnicos os Srs. Geraldo Freire de Carvalho Andrade e José Augusto Pedreira Torres; a CAT 42708/2020 do engenheiro José Augusto Pedreira Torres, realizada pela CONSTRUKERUV na Igreja Batista Caminho das Árvores, conforme atestado apresentado e registrado no CREA, **não possui o serviço de maior relevância**, qual seja "Piso em granilite, marmorite ou granitina, espessura 8 mm, incluso juntas de dilatação plásticas. A quantidade comprovada deve ser no mínimo 300 m²"; A CAT 323658/2015, também em nome do engenheiro José Augusto Pedreira Torres, em obra realizada pela Construtora Max LTDA ME para a Prefeitura Municipal de Vera Cruz comprova a realização do serviço de piso industrial de alta resistência, espessura 8mm, incluso juntas de dilatação plástica e polimento mecanizado, mas, apesar do responsável técnico ser José Augusto, a empresa contratada pela Prefeitura não foi a Construkeruv e sim a Max LTDA, o que não comprova a capacidade operacional da licitante; há um atestado da Monte Tabor onde consta o serviço de maior relevância da obra, contudo não está registrado no CREA como acervo do engenheiro técnico responsável José Augusto Pedreira Torres, porque não consta ART que comprove; por fim, foi identificada a CAT 1760/2004, cuja obra foi executada pela empresa Axxo Construtora LTDA, que teve, dentre outros, o engenheiro Geraldo Freire de Carvalho Andrade como responsável técnico, constando a parcela de maior relevância da obra, contudo, não foi realizada pela CONSTRUKERUV, logo, não comprova a capacidade operacional da licitante.

Logo, segundo a Engenharia, corroborando apontamentos feitos pela Comissão, a empresa **CONSTRUKERUV CONSTRUÇÕES E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI está INABILITADA, sendo improcedente o seu recurso.**

Com relação ao recurso apresentado pela empresa TM CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP, a Engenharia assim respondeu:

A Empresa TM Construções e Empreendimentos Eirelli-EM, pode ser considerada habilitada, tomando como base a documentação junto ao CREA do Engº Civil Tiago Santos Marques Crea-Ba 38.597-D. A TM Construções pode ter seu recurso administrativo deferido.

Logo, segundo a Engenharia, a empresa **TM CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP está HABILITADA, sendo procedente o ser recurso.**

IV - DA DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

Concluída a fase recursal do Julgamento da Habilitação, a Comissão desde já designa a data para realização da abertura dos envelopes com as Propostas de Preços, para o dia 08 de junho de 2020, às 10:00, no prédio do *Campus*, localizado na Rodovia BA 233, Km. 04, Zona Rural, Itaberaba/BA, sendo tal aviso publicado no Diário Oficial da União e enviado aos e-mails dos licitantes.

Itaberaba, 04 de Junho de 2020.

Daniel dos Santos Maciel
Presidente

Daiana Silva Mamona Nascimento
Membro

Jackeline Moreira de Lima Uchôa
Membro

Marcos Aurélio Bezerra dos Santos
Membro

Robson de Souza Santos
Membro